



ZAP DO SINDICATO
11 97407-3791

Tribuna Metalúrgica



Nº 4508 • SEXTA-FEIRA • 29 DE NOVEMBRO DE 2019 • SMABC.ORG.BR

MP 905 TEM QUE SER DEVOLVIDA

EM BRASÍLIA, CUT
E CENTRAIS PEDEM
AO PRESIDENTE DO
SENADO QUE MEDIDA
DA CARTEIRA
VERDE E AMARELA
SEJA DEVOLVIDA A
BOLSONARO



TRABALHADORES NA TOYOTA APROVAM ACORDO DE CLÁUSULAS SOCIAIS E CALENDÁRIO

Os trabalhadores na Toyota aprovaram a renovação do acordo de cláusulas sociais por um ano e o calendário de compensações em assembleias ontem. O presidente do Sindicato, Wagner Santana, o Wagnão, iniciou a fala com a cobrança para a Toyota.

“QUERO COMEÇAR do jeito que início todas as reuniões com a Toyota lembrando que ela deve um veículo para esta planta e que fizemos acordos para viabilizar o novo carro aqui. Nós temos condições, ambiente, maturidade e conhecimento que tornam possível a produção na planta e vamos cobrar”, defendeu.

“Enquanto isso, tentamos viabilizar o máximo de produtos possíveis para os novos veículos já anunciados”, prosseguiu.

O presidente alertou que as decisões do governo influenciavam diretamente o mercado. “As decisões apontam para o empobrecimento da classe trabalhadora e não contribuem para o desenvolvimento nem para o crescimento do país. São decisões que apontam para um menor poder de compra de trabalhadores, portanto, não há consumidores, mercado, produção nem emprego”, explicou.

“Prometeram que a reforma Trabalhista e a reforma da Previdência gerariam empregos, não geraram nenhum. Como se não bastasse anunciam a Carteira Verde e Amarela, que tira direitos dos trabalhadores e cria um ‘bolsa-patrão’, é uma precarização que empobrece a classe trabalhadora, que deixa de ser consumidor de bens duráveis e passa a consumir só

para se sustentar”, disse.

O coordenador do CSE na Toyota, José Carlos de Souza, o Trovão, lembrou que o acordo negociado pelo Sindicato em 2018 garantiu a PLR e as cláusulas econômicas por dois anos.

“As CLÁUSULAS sociais renovadas até 30 de agosto de 2020 são extremamente importantes para nos proteger dos ataques da reforma Tra-

balhista e da Carteira Verde e Amarela e garantir os direitos conquistados historicamente. Para o próximo ano temos negociações de data-base e PLR, por isso é fundamental a unidade de todos e todas”, afirmou.

A 2ª parcela da PLR será paga em dezembro. Quem ficar sócio do Sindicato até 20 de janeiro será isento da contribuição negocial.



SAIBA MAIS

O SEQUESTRO DA LIBERDADE DOS NEGROS LIVRES

COMENTE ESTE ARTIGO. ENVIE UM E-MAIL PARA FORMACAO@SMABC.ORG.BR DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO

Em todo o período do tráfico de escravos para o Brasil (1540 até 1850), chegaram 4,8 milhões de africanos escravizados. Entre 1801 a 1825 entraram 1.012.762 africanos; de 1826 a 1850, foram 1.041.964, e outros 6.800 vieram após a nova lei de proibição do tráfico de 1850.

Esses números são importantes quando se observa o não cumprimento da lei de 7 de novembro de 1831 que proibia o tráfico

de escravos africanos para o Brasil. A Lei dizia no seu artigo 1º: Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres.

Nas duas décadas seguintes à promulgação da lei, mais de 750 mil negros foram introduzidos no território nacional por contrabando, permanecendo ilegalmente escravizados, assim como seus descendentes. Para que esse

crime se concretizasse uma ampla rede de pessoas eram mobilizadas, que iam de autoridades do executivo federal, estadual e municipal, juízes, autoridades portuárias, autoridades policiais, plantadores de café, além dos próprios traficantes de escravos.

Essa complexa rede também era acionada para encobrir uma série de artifícios utilizados para adulterar as datas de chegada dos

africanos e produzir documentos falsos para “legalizar” a posse do africano, que pela lei era considerado pessoa livre. Esse crime cometido por autoridades com a conivência da sociedade da época é mais um capítulo da longa história de violência contra a população negra em nosso país, que quase dois séculos depois, continua tristemente fazendo parte da nossa realidade social.

NOTAS E RECADOS

FOTOS: DIVULGAÇÃO



INSS

Proposta do governo quer que trabalhadores paguem despesas ao entrar com um processo contra o INSS. População de baixa renda, terá gratuidade mantida.



Contra a humanidade

Bolsonaro foi denunciado no Tribunal Penal Internacional por “crimes contra a humanidade” e “incitação ao genocídio de povos indígenas” do Brasil.



Brigadistas presos

Investigação federal apontava envolvimento de grileiros, e não de brigadistas, no incêndio em Alter do Chão. 4 voluntários de ONGs ainda estão presos.

DOE SANGUE

Para Filipe Lemos do Espírito Santo, filho de trabalhador na AS Brasil, Elifas, o Grilo. Hemocentro São Lucas. Unidade Santo André, Av. dos Andradas, 444, Centro, tel. 3660-5994. Unidade SBC, Rua Mediterrâneo, 470, tel. 3660-5968. De segunda a sexta, das 8h às 16h.

COMO A MP 905 MUDA A SUA VIDA

SALÁRIO MENOR

Patrões poderão contratar na modalidade de 1º emprego até 20% do total dos trabalhadores nas empresas, com redução de direitos e remuneração limitada a um salário mínimo e meio (R\$ 1.497), pelo prazo predeterminado de até 24 meses.

SÓ 20% DO FGTS

O trabalhador recebe uma contribuição menor no FGTS. O valor atual de 8% da remuneração passa a 2%. A multa em caso de demissão passa de 40% do FGTS para 20%.

DOMINGO E FERIADO

Transforma domingo e feriado em dia útil para todos os trabalhadores. A folga será determinada em qualquer outro dia da semana. Trabalhadores na indústria terão folga apenas um domingo a cada sete finais de semana.

JUSTIÇA INJUSTA

A MP corta o índice de reajuste usado no cálculo de débitos trabalhistas. A partir de agora, trabalhadores que ganharem ações na justiça do trabalho ou o pagamento de salários atrasados receberão menos ao acertar as contas com o patrão.



MARCOS BRANDAO / SENADO FEDERAL

CUT E CENTRAIS PEDEM AO PRESIDENTE DO SENADO QUE MP 905 SEJA DEVOLVIDA

“Essa medida é uma aberração e tem que ser devolvida”, diz Sérgio Nobre

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, juntamente com representantes das demais centrais sindicais, pediu ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que devolva a Medida Provisória nº 905, da Carteira Verde e Amarela, ao governo de Jair Bolsonaro. O pedido foi feito oficialmente na tarde do último dia 26, durante reunião em Brasília.

“Essa medida é uma aberração e tem que ser devolvida”. Segundo Sérgio Nobre, foi essa a frase usada pelo grupo de sindicalistas para definir a Alcolumbre o que significa para a classe trabalhadora a MP 905.

“Destacamos ao presidente do Senado os pontos mais cruéis dessa medida provisória,

como o que tira o sindicato da negociação do PLR; o que desregulamenta a jornada de trabalho de categorias importantes, entre elas a dos bancários, e o que taxa os desempregados”, disse o presidente da CUT.

PARA SÉRGIO NOBRE, a taxação do seguro desemprego é uma “perversidade sem tamanho”. Outro absurdo da MP 905 destacado pelas CUT e demais centrais é o que estabelece multa aos trabalhadores sindicalizados que não votarem nas assembleias.

A MP foi apresentada por Bolsonaro em 12 de novembro e ainda aguarda instalação de comissão mista no Congresso para tramitar.

TAXA O DESEMPREGADO

Enquanto isenta os patrões o governo, o governo cobrará 7,5% diretamente do seguro-desemprego.

ACIDENTE DE PERCURSO

Revoga o dispositivo do INSS que assegura a equiparação a acidente de trabalho, do acidente sofrido “no percurso da residência para o local de trabalho”.



13º PARCELADO

O empregador poderá pagar parceladamente o 13º, férias e a multa rescisória sobre o saldo do FGTS.



80% MENOS

Na carteira verde amarela a perspectiva é que os trabalhadores demitidos sem justa causa recebam até 80% menos de verbas.



PLR PARCELADA E SEM PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO

Retira o sindicato das negociações de PLR e amplia o número máximo de parcelas, de duas para quatro vezes ao longo do ano.



NEGOCIAÇÃO INDIVIDUAL

Permite a negociação individual e a fragmentação das normas por meio de Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs).



SEM EDUCAÇÃO

Elimina o recolhimento do adicional de contribuição sobre a folha desses trabalhadores para o “Sistema S”, que vão de 1% a 1,5%.



PERICULOSIDADE

Os trabalhadores poderão aderir aos seguros privados para acidentes pessoais contratados pelas empresas. No entanto, a adesão implica na redução do índice de adicional de periculosidade, que passa de 30% para 5% sobre o salário.



COM RISCO

A medida dificulta a fiscalização do trabalho inclusive em situações de risco de saúde e vida. Retira do sindicato a autoridade para também interditar local de trabalho com risco.

Confira todos os pontos no site do sindicato: smabc.org.br



APROVADO O SINDICALISMO DO FUTURO

Com a aprovação do novo Estatuto em 21 de novembro de 1998, os metalúrgicos deram mais um impulso para apontar aos trabalhadores do País as ações do sindicalismo do futuro: a criação dos Comitês Sindicais de Empresas, os CSEs.

“Esta é uma assembleia histórica do movimento sindical, pois estamos rompendo com as amarras do Estado e com o corporativismo”, afirmou o então presidente dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho.

O novo Estatuto criou os Comitês Sindicais de Empresa, que passaram a ser a nova representação dos

trabalhadores a partir dos locais de trabalho.

A assembleia foi a atividade final para o aval da categoria para o então novo Estatuto e contou neste dia com mais de 500 metalúrgicos de toda a base. Para prepará-la, a Direção do Sindicato realizou reuniões por empresas e nas Regionais meses antes.

O Estatuto foi uma das resoluções do 2º Congresso dos Metalúrgicos do ABC – Ano 2000. Que Sindicato queremos? –, que teve início em 13 de dezembro de 1996 e prosseguiu até 18 de maio de 1997.

“Queremos construir um Sindicato de acordo com a ótica da liberdade e autonomia sindicais”, disse Marinho ao lembrar que o sistema de representação dos trabalhadores é o que define o grau de importância dos sindicatos.

“São as Comissões de Fábrica e as CIPAs que fazem deste Sindicato o mais importante politicamente no País. E agora, com os Comitês Sindicais, a tendência é aumentarmos o nosso grau de representação e influenciarmos o movimento sindical brasileiro para mais esta novidade”, explicou.



“Eu já ia cortar, a Campanha foi uma oportunidade para ajudar as pessoas que perderam o cabelo e estão com baixa autoestima por estarem passando pelo tratamento de câncer, o que não é nada fácil. É importante que a gente se conscientize desse ato de amor, convido a todas e todos que ainda não doaram para fazer sua doação”. Márcia Maria de Paula Rego, a Marciona, CSE na Papaiz, em São Bernardo.



FOTOS: DIVULGAÇÃO



São Paulo
HARDCORE CONTRA O FASCISMO

Ato de repúdio e combate ao fascismo, homofobia, racismo e machismo. Debates, palestras e shows de Deb and The Mentals, Amorfo, Molho Negro, entre outras. Domingo, às 10h. Largo da Batata. Confira a página do evento no facebook.



1º DIA DA DIVERSIDADE CULTURAL DA CASA NEON CUNHA



PREMIAÇÃO PARA 1º E 2º LUGAR

DIA 01/12/2019

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC

ÀS 10:00 HS

São Bernardo
GAYMADA

O 1º Dia da Diversidade Cultural da Casa Neon Cunha contará com gaymada (campeonato de queimada), feira de artesanatos e produtos LGBT e sarau cultural. Domingo, às 10h. Espaço de Formação Celso Daniel, Rua João Lotto, ao lado da Sede.



**ESCOLA ESTÁ
COM INSCRIÇÕES
ABERTAS PARA
PREPARATÓRIO DE
MATEMÁTICA**

A Escola Livre para Formação Integral "Dona Lindu" está com inscrições abertas para o curso preparatório de Matemática. O objetivo é auxiliar os candidatos e as candidatas no processo seletivo dos cursos oferecidos pelo convênio Sindicato/ Sendi.

As próximas inscrições serão abertas em janeiro e, a cada período, a disputa por essas vagas se intensifica. O curso será dos dias 2 a 6 de dezembro, com duas turmas, uma das 15h às 17h e outra das 18h às 20h.

As vagas são limitadas e destinadas aos sócios e seus dependentes. Inscrições na secretaria da Escola, das 9h às 18h, na Regional Diadema. Av. Encarnação, 290, próximo ao Terminal Piraporinha. Tel. 4061-1048.